

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011

Acordo Coletivo de Trabalho que entre si fazem, de um lado a COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS, a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e a CEMIG Distribuição S.A, doravante denominadas CEMIG ou Empresa, e de outro, o SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DE MINAS GERAIS - SINDSUL, o SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, o SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DE MINAS GERAIS, o SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS, o SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINTEST-MG, o SINDICATO DAS SECRETÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, o SINDICATO DOS ARQUITETOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINARQ, o SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE BELO HORIZONTE, O SINDICATO DOS EMPREGADOS TÉCNICOS QUE TRABALHAM COMO ANALISTAS DE SISTEMAS , PROGRAMADORES E OPERADORES NA ÁREA DE COMPUTAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, o SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DOS GEÓLOGOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, o SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – SINDIELETR e O SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Entidades Sindicais ou Sindicatos, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

Considerando que a aprovação da proposta da CEMIG para celebração do Acordo Coletivo de Trabalho pela Assembléia realizada por alguns Sindicatos signatários do presente documento ocorreu em data anterior à última proposta apresentada pela Empresa;

Considerando que a referida proposta trouxe avanços em relação à proposta anterior, assumindo a Empresa o compromisso de estender os benefícios para os empregados representados pelas Entidades Sindicais que já a haviam aprovado;

Resolvem as partes ajustar as seguintes cláusulas e condições:

FINALIDADE

O presente Acordo Coletivo de Trabalho visa substituir os Acordos assinados nos meses de novembro e dezembro de 2010, pelas Entidades Signatárias deste Acordo, contendo, na íntegra, todos os termos pactuados, bem como os benefícios contidos na última proposta da Empresa e do TRT.

I. SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

CLÁUSULA 1ª PISO SALARIAL

Durante a vigência deste acordo, o Piso Salarial corresponde ao valor de R\$852,00 (oitocentos e cinquenta e dois Reais).

CLÁUSULA 2ª REAJUSTE SALARIAL

A CEMIG reajustará os salários-base dos Empregados – assim entendidos aqueles que possuem vínculo empregatício com a Empresa – a partir de 1º (primeiro) de novembro de 2010, nos seguintes percentuais:

- a) 7,55% (sete inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) para os empregados que recebem até 5 (cinco) salários mínimos;

- b) 7,03 (sete inteiros e três centésimos por cento) para os empregados que recebem acima de 5 (cinco) salários mínimos até 10 (dez) salários mínimos;
- c) 6,50 (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) para os empregados que recebem acima de 10 (dez) salários mínimos

PARÁGRAFO ÚNICO - A CEMIG corrigirá com o percentual de 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento), todos os valores alusivos às cláusulas de cunho econômico do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2010.

CLÁUSULA 3ª ADIANTAMENTO QUINZENAL DOS SALÁRIOS

A CEMIG adiantará aos seus empregados, até o dia 15 (quinze) de cada mês, o valor correspondente a 35,00% (trinta e cinco inteiros por cento) da remuneração do mês anterior, mantendo-se inalteradas todas as demais disposições que regulamentam o assunto na Empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em decorrência dos pagamentos previstos nas Cláusulas Quinta e Sétima deste Acordo Coletivo, excepcionalmente no mês de dezembro de 2010, não haverá o pagamento do Adiantamento Quinzenal de Salários previsto no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA 4ª INFRAÇÕES E ACIDENTES DE TRÂNSITO

A CEMIG mantém a uniformização dos critérios para descontos de multas e reparações de danos automobilísticos aplicáveis aos empregados que dirigem veículo da Empresa, através de Norma Regulamentar específica e de caráter geral.

II. GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

CLÁUSULA 5ª DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

A CEMIG se compromete a efetuar o pagamento da primeira parcela da gratificação de natal, referente ao exercício de 2011, a qualquer momento e desvinculada das férias, a critério do empregado, mediante solicitação específica do mesmo, desde que obedecidos os prazos a serem definidos pela Empresa, através de procedimentos próprios e especificados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento da 2ª parcela da Gratificação de Natal, referente ao exercício 2010, será efetuado conforme tabela abaixo:

SINTEC, Sindicato dos Economistas, Sindicato dos Contabilistas, Sindicato dos Advogados, Sindicato das Secretárias, Sindicato dos Arquitetos, SINDSUL, Sindicato dos Geólogos, Sindicato dos Administradores	Dia 07/12/2010, conforme proposta aprovada pelas respectivas categorias.
SETTASPOC, Sindicato dos técnicos de Segurança do Trabalho, Sindicato dos Engenheiros	Dia 13/12/2010, conforme proposta aprovada pelas respectivas categorias.
Sindieleiro e Psind	Dia 15/12/2010, conforme proposta aprovada pelas respectivas categorias.

CLÁUSULA 6ª GRATIFICAÇÃO ESPECIAL – "MARIA ROSA"

Salvo as opções e condições individuais firmadas por atuais empregados, ou seja, aqueles admitidos até 31/10/2007, que tenham optado ou venham a optar por receber a Gratificação Especial em percentuais mensais de 16,67% (dezesseis inteiros vírgula sessenta e sete centésimos por cento) do fixado no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, a Gratificação Especial anual, devida à razão de 1/12 (um doze avos) por mês completo de efetivo serviço prestado à CEMIG e com

pagamento diferido em 02 (duas) parcelas, nos meses de abril e setembro do ano subsequente, tem seu valor fixado pelos salários dos respectivos meses de pagamento, mantendo-se todas as demais condições costumeiras e regulamentares do direito (apuração, forma, prazo de pagamento, etc).

A partir de 01/11/2007, os Empregados que forem admitidos pela CEMIG não farão jus a esta Gratificação, que se aplica apenas aos atuais empregados, ou seja, àqueles com vínculo empregatício com a Empresa em 31/10/2007.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compreende-se como salário, para fixação do respectivo "quantum" da Gratificação Especial: o salário-base; o anuênio ou o anuênio fixo, para os empregados admitidos na Empresa até 31/10/2005; o salário-habitação, a gratificação de chefia, as horas extraordinárias contratuais, o adicional de periculosidade e as gratificações de funções fixas previstas em Acordo Coletivo de Trabalho (Eletricistas de Linha-Viva, Limpeza e Conservação de Veículo).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na cessação do Contrato de Trabalho, qualquer que seja a causa, a Gratificação Especial será paga na quitação final, quer a devida - correspondente ao ano anterior, quer a proporcional - correspondente ao ano da rescisão, sendo para esta considerado, como mês integral, a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetivo trabalho no mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Gratificação Especial anual integra, pelo seu duodécimo, a Gratificação de Natal (13º Salário) - quando do pagamento da segunda parcela desta, inclusive, quando do desligamento, em quitação final.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos casos de desligamento, a integração do duodécimo da Gratificação Especial à Gratificação de Natal (13º Salário) terá, como base, os valores que a compõem na data da rescisão.

CLÁUSULA 7ª PAGAMENTO DE SALÁRIOS – DATA

A CEMIG se compromete a efetuar o pagamento do salário dos seus empregados no penúltimo dia útil de cada mês.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CEMIG se compromete a antecipar o pagamento dos salários do mês de dezembro de 2010, em caráter excepcional, para o dia 23 (vinte e três) do referido mês.

CLÁUSULA 8ª GRATIFICAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO

Fica assegurado ao empregado substituto o direito de receber, como gratificação, a importância correspondente à diferença entre o seu salário-base e o do empregado substituído, a partir do 1º (primeiro) dia da substituição, desde que esta seja superior a 30 (trinta) dias, conforme critérios e procedimentos estabelecidos em Norma própria e específica da CEMIG.

CLÁUSULA 9ª GRATIFICAÇÃO DE LINHA-VIVA

A CEMIG assegura, aos Eletricistas de Linhas e Redes Aéreas que trabalham em Linha-Viva, uma gratificação correspondente a 15,00% (quinze inteiros por cento) do mínimo do nível salarial a que pertencer o cargo de que forem titulares, da tabela salarial do Plano de Cargos e Remuneração - PCR.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento da referida gratificação é condicionado à persistência da causa, ou seja, por enquanto o empregado trabalhar em Linha-Viva.

CLÁUSULA 10ª FUNÇÃO ACESSÓRIA POR DIREÇÃO DE VEÍCULOS

A CEMIG assegura aos empregados que dirigem veículos, exceto Motoristas, Gerências e acima, uma gratificação calculada através de uma escala de valores fixada em função da quilometragem rodada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores da tabela do quilômetro rodado serão corrigidos com o mesmo índice e na mesma forma e época dos reajustes salariais coletivos da Empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos percentuais constantes do *caput* desta Cláusula estão incluídos, respectivamente, os percentuais correspondentes aos adicionais de hora extraordinária diurna, acrescidos de 34,3% (trinta e quatro inteiros vírgula três décimos por cento) que correspondem a 20,00% (vinte inteiros por cento) de adicional noturno mais 14,3% (quatorze inteiros vírgula três décimos por cento) de redução ficta da hora noturna, prevista no Artigo 73, Parágrafo Primeiro da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

CLÁUSULA 14ª HORA EXTRAORDINÁRIA – NÚMERO MÍNIMO GARANTIDO EM DOMINGOS E FERIADOS

A CEMIG, no caso de convocação domiciliar do empregado para prestação de trabalho extraordinário em domingos e feriados, garante o pagamento mínimo de 3 (três) horas extraordinárias.

CLÁUSULA 15ª HORA EXTRAORDINÁRIA – REPERCUSSÃO E CRITÉRIOS DE HABITUALIDADE

As horas extraordinárias habituais e efetivamente trabalhadas integram o pagamento de férias, da Gratificação de Natal (13º Salário), dos repousos semanais remunerados e feriados, do aviso prévio e da indenização pela média do número de horas suplementares dos respectivos períodos aquisitivos, conforme os seguintes critérios:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O empregado que tiver trabalhado, em regime de horas extraordinárias, 15 (quinze) dias no período de apuração da frequência, corridos ou alternados, tem direito à inclusão dessas horas no cálculo dos repousos semanais remunerados e feriados. A inclusão é feita com base no número médio das horas extraordinárias e no número de dias úteis, de acordo com o período de apuração da frequência (período compreendido entre o dia 13 de um mês ao dia 12 do mês seguinte), incidindo, somente, sobre os repousos semanais e feriados mensais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado que tiver trabalhado pelo menos 180 (cento e oitenta) dias corridos ou alternados, em regime de horas extraordinárias remuneradas, faz jus à inclusão dessas horas extraordinárias habitualmente prestadas na sua Gratificação de Natal (13º Salário) - quando do pagamento de sua 2ª (segunda) parcela, calculadas pela média do número delas, no período de novembro de um ano a outubro do ano seguinte, a esse título.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregado que tiver trabalhado, no respectivo período aquisitivo, em regime de horas extraordinárias remuneradas, faz jus à inclusão da média dessas horas no recibo de quitação de férias, nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUARTO - O número médio das horas extraordinárias habitualmente prestadas integra o pagamento da indenização e do aviso prévio trabalhado ou indenizado, desde que o empregado tenha trabalhado, nos últimos 12 (doze) meses, pelo menos 180 (cento e oitenta) dias, corridos ou alternados, em regime de horas extraordinárias remuneradas.

PARÁGRAFO QUINTO - Para cálculos proporcionais, o critério de 15 (quinze) ou 180 (cento e oitenta) dias, para determinação da habitualidade, será sempre observado, independentemente dos dias ou meses efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO SEXTO - Para os empregados que dispõem de horas extraordinárias contratuais, a repercussão se faz com base na média mensal do número de horas extraordinárias efetivamente trabalhadas, desde que excedentes das contratuais.

CLÁUSULA 16ª ANUÊNIO – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A CEMIG paga Adicional por Tempo de Serviço para os Empregados admitidos na Empresa até 31/10/2005, correspondente a 1,00% (um inteiro por cento) do salário base mensal por ano completo de efetivos serviços prestados à mesma, pago a partir do 1º (primeiro) ano e observado o limite de 35 (trinta e cinco) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para aqueles empregados que aderiram livremente ao Programa de Indenização do Adicional por Tempo de Serviço – Anuênio, objeto da Cláusula Octogésima Primeira do ACT 2005/2006, estão mantidas as condições do termo de Adesão, inclusive a incidência do Adicional sobre todas as rubricas praticadas na data da assinatura deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 17ª ADICIONAL NOTURNO – REPERCUSSÃO E CRITÉRIOS DE HABITUALIDADE

O adicional noturno habitual e efetivamente trabalhado integra o pagamento das férias, da Gratificação de Natal (13º Salário), dos repousos semanais remunerados e feriadados, do aviso prévio e da indenização, pela média do número apurado nos respectivos períodos aquisitivos, conforme os seguintes critérios:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O empregado que tiver trabalhado em regime de adicional noturno remunerado 15 (quinze) dias no período de apuração da frequência, corridos ou alternados, terá direito à inclusão dessas horas no cálculo dos repousos semanais remunerados e feriadados. A inclusão é feita com base no número médio dos adicionais noturnos e no número de dias úteis, de acordo com o período de apuração da frequência (período compreendido entre o dia 13 de um mês ao dia 12 do mês seguinte), incidindo, somente, sobre os repousos semanais e feriadados mensais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado que tiver trabalhado pelo menos 180 (cento e oitenta) dias, corridos ou alternados, em regime de adicional noturno remunerado, faz jus à inclusão, na sua Gratificação de Natal (13º Salário) - quando do pagamento de sua 2ª (segunda) parcela, da média do respectivo número apurado no período de novembro de um ano a outubro do ano seguinte.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O empregado que tiver trabalhado, no respectivo período aquisitivo, em regime de adicional noturno remunerado, faz jus à inclusão da média desses Adicionais Noturnos no recibo de quitação de férias, nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUARTO - O número médio do adicional noturno habitualmente prestado integra o pagamento da indenização e do aviso prévio trabalhado ou indenizado, desde que o empregado tenha trabalhado nos últimos 12 (doze) meses, pelo menos 180 (cento e oitenta) dias, corridos ou alternados, em regime de adicional noturno remunerado.

PARÁGRAFO QUINTO - Para cálculos proporcionais, o critério de 15 (quinze) ou 180 (cento e oitenta) dias, para determinação da habitualidade, será sempre observado, independentemente dos dias ou meses efetivamente trabalhados.

CLÁUSULA 18ª PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Quando acionada pelo próprio empregado envolvido ou pelo seu Sindicato, a CEMIG se compromete a realizar, através da Gerência competente, a perícia correspondente e emitir o respectivo laudo sobre as condições de salubridade do Ambiente de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após a emissão do laudo respectivo, caso caracterizada a insalubridade e comprovada a inexistência de alternativa técnica para eliminar o trabalho em condições insalubres (adoção de medidas, da regulamentação, que conservem o ambiente de trabalho saudável, ou utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, definidos pela Empresa) a Empresa se compromete efetuar o pagamento do Adicional de Insalubridade correspondente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Adicional de Insalubridade será calculado sobre o piso salarial estabelecido no *caput* da Cláusula Primeira deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 19ª PERICULOSIDADE

A partir de 1º (primeiro) de maio de 1996 a CEMIG pagará o Adicional de Periculosidade de forma integral (30% do salário-base), a todos os empregados credenciados para o exercício de atividades de risco em área de risco,

credenciamento este efetuado pela Empresa baseado em Norma própria e específica, a qual foi revisada por Grupo de Trabalho composto por representantes da CEMIG e dos Sindicatos.

CLÁUSULA 20ª SOBREAviso – REGIME

As horas em que o empregado, excepcionalmente, por determinação da CEMIG através de comunicação prévia e escrita da gerência imediata, permanecer em regime de sobreaviso, ou seja, de atenção a eventual chamada ao serviço, serão pagas, nos termos do regulamento próprio e específico da Empresa, na seguinte base:

- a- Dias Úteis - 1/3 (um terço) do valor da hora normal, por hora de sobreaviso;
- b- Sábados, Domingos e Feriados - 1/3 (um terço) do valor da hora normal, por hora de sobreaviso, com garantia de um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA 21ª ADICIONAL TEMPORÁRIO COMPENSÁVEL – ATC

Considerando que pelo Acordo Coletivo de Trabalho 1995/1996, a CEMIG se comprometeu a “efetuar a revisão dos critérios de pagamento do Adicional de Periculosidade passando, a partir de 1º (primeiro) de maio de 1996, a pagar este adicional de forma integral (30,00% do salário-base) a todos os empregados credenciados para o exercício de atividade de risco”;

Considerando que pelo Extra-Acordo datado de 27-12-95 (correspondência RH/TS-20241/95), a CEMIG se comprometeu a “analisar os casos de empregados que, não sendo credenciados para o exercício de atividade de risco elétrico, pudessem vir a ter perda de remuneração”;

Considerando que, apesar de ser competência da Empresa efetuar o corte imediato do Adicional pago aos empregados que não foram credenciados, é importante que seja mantido o padrão de remuneração desses empregados, evitando-se perdas financeiras numa época de adaptação à uma economia estável;

Considerando que existe manifesto interesse das Entidades Sindicais na busca de entendimentos visando uma solução negociada para a questão, conforme correspondência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - SINDIELETRO/MG - STIEMG-0044/97, de 22-04-97, que é parte integrante do Acordo Coletivo Específico assinado em 01-08-97 e devidamente depositado na DRT;

Considerando que existe manifesto interesse de empregados envolvidos na celebração do referido Acordo Coletivo de Trabalho Específico, conforme atas de Assembléias Gerais realizadas, por Sindicatos, com envolvidos e conforme, também, listas de presença às referidas Assembléias, que também são partes integrantes do mesmo Acordo Coletivo; Em 1º (primeiro) de agosto de 1997, as partes resolveram ajustar o seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A administração das perdas referentes ao cancelamento das horas de Adicional de Periculosidade - AP, será efetuada em rubrica à parte nos “Comprovantes de Rendimentos e Descontos” dos empregados envolvidos, sob o título de Adicional Temporário Compensável - ATC, transformado em valor na data de sua implantação, ou seja: 1º (primeiro) de setembro de 1997.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O ATC não é corrigido. Excepcionalmente, durante a vigência desse Acordo Coletivo de Trabalho de 2010/2011, o ATC será corrigido nos termos do Parágrafo Único da Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São suscetíveis de habilitação ao recebimento do ATC:

- a- os empregados que em maio/95 recebiam horas fixas de AP e não foram credenciados, em junho/96, para recebimento do referido Adicional de Periculosidade e que, entre junho e novembro de 1995, sofreram supressão gradativa das referidas horas fixas de AP;
- b- os empregados que em maio/95 não recebiam horas fixas de AP e que receberam horas medidas de AP, mensalmente, no período compreendido entre junho/95 e junho/96 e não mudaram de função. Nesses casos, os empregados deverão ter como referência, para a fixação do valor do ATC, o resíduo de horas fixas dos empregados que estejam em carreiras/funções equivalentes nos órgãos atuais. Compete à Gerência do órgão

onde o empregado estiver lotado informar, à Administração de Pessoal - RH/AP, da CEMIG, o número de horas de AP a ser considerado para fixação do ATC.

PARÁGRAFO QUARTO - Não são suscetíveis de habilitação ao recebimento do ATC:

- a- os empregados que porventura tenham recebido, indevidamente, horas fixas de AP em maio/95;
- b- os empregados que, a partir de maio/95, tenham tido compensação salarial - via reajuste individual de salário, pela supressão do AP;
- c- os empregados que em 1º (primeiro) de setembro de 1997 já tenham sido transferidos para carreiras sem atividade de risco elétrico. Nesses casos, o resíduo de horas porventura existente será suprimido de uma única vez. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o devido - calculadas com base na coluna "Percentual definido para cálculo do ATC", constante da tabela especificada no Parágrafo Quinto desta Cláusula, e correspondente ao período compreendido entre junho de 1995 e as datas das respectivas transferências, foram pagas, aos envolvidos, em 1 (uma) única parcela cujo pagamento foi efetuado no mês de outubro de 1997.

PARÁGRAFO QUINTO - Por sua característica, o ATC corresponderá a 57,375% (cinquenta e sete inteiros vírgula trezentos e setenta e cinco milésimos por cento) das horas de AP que os empregados recebiam em maio/95 - sem qualquer perda em relação ao resíduo atual existente, conforme a seguinte tabela:

SITUAÇÃO EM MAIO/95		BASE PARA FIXAÇÃO DO ATC (57,375%)	RESÍDUO ATUAL DE HORAS DE AP (Percentual)	PERCENTUAL DEFINIDO PARA CÁLCULO DO ATC
PESO	% s/ Salário-Base			
P1	6,00%	3,44%	0,00	3,44%
P2	12,00%	6,89%	1,77%	6,89%
P3	18,00%	10,33%	7,77%	10,33%
P4	24,00%	13,77%	13,77%	13,77%
P5	30,00%	17,21%	19,77%	19,77%

PARÁGRAFO SEXTO - Para os empregados habilitados ao recebimento do ATC, conforme estabelecido no Parágrafo Terceiro, desta Cláusula, as eventuais diferenças entre o valor recebido e o devido - calculadas com base na coluna "Percentual definido para cálculo do ATC", constante da tabela especificada no Parágrafo Quinto desta Cláusula, e correspondente ao período compreendido entre junho/95 e agosto/97, foram pagas em 1 (uma) única parcela cujo pagamento ocorreu no mês de outubro de 1997.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Até que seja completamente compensado, a partir de 1º (primeiro) de setembro de 1997 o ATC será reduzido no mesmo valor do aumento quando da concessão dos seguintes reajustes individuais de salário:

- a- promoção por Acesso Funcional na Carreira;
- b- promoção por Recrutamento Interno;
- c- aumento por Progressão Horizontal.

PARÁGRAFO OITAVO - A partir de 1º (primeiro) de setembro de 1997, o ATC será suprimido de uma única vez nas seguintes hipóteses:

- a. se o empregado vier a ser credenciado para o exercício de atividade de risco com o conseqüente pagamento mensal do AP;
- b. em caso de transferência para carreiras sem atividades de risco elétrico;
- c. em caso de promoção, por Recrutamento Interno, para carreiras sem atividades de risco elétrico;
- d. em caso de promoção para o exercício de função gratificada;
- e. em caso de concessão de licença especial sem remuneração;
- f. se o empregado vier a ser cedido ou liberado, pela Empresa, com ou sem ônus.

PARÁGRAFO NONO - Aos empregados readaptados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, que recebam o ATC, aplica-se o disposto na IP-5.8 - “Supressão de Adicionais de Empregados Readaptados pelo INSS”, da CEMIG.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O ATC, pela sua origem, em nenhuma hipótese poderá ser pago cumulativamente com o Adicional de Periculosidade - AP.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O empregado que estiver recebendo o ATC e, excepcionalmente, vier a ser credenciado de forma temporária conforme definido em Norma própria e específica da Empresa (IP-5.7), receberá, durante o período de credenciamento, apenas o AP (30,00% do Salário-Base). Findo o período de credenciamento temporário, o empregado voltará a receber o valor do ATC que recebia anteriormente ao credenciamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Farão jus ao recebimento do ATC - conforme previsto neste Acordo Coletivo de Trabalho, os empregados, que, à época de sua implantação - 1º (primeiro) de setembro de 1997 - não possuírem qualquer ação, na Justiça do Trabalho, relativa ao pagamento do Adicional de Periculosidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Após a implantação, caso o empregado venha a participar e/ou mover esse tipo de ação contra a Empresa, o pagamento do ATC será, imediatamente, cancelado.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Caso a CEMIG seja obrigada ao pagamento de qualquer parcela correspondente à indenização relativa ao Adicional de Periculosidade - em decorrência de Legislação ou Decisão Judicial superveniente, todos os valores pagos sob a rubrica do ATC - objeto deste Acordo Coletivo de Trabalho serão, à época, devidamente corrigidos e deduzidos do valor total a ser pago.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A CEMIG poderá lançar programa para aquisição do Adicional Temporário Compensável – ATC, por livre adesão dos empregados.

CLÁUSULA 22ª SALÁRIO-HABITAÇÃO – TETO

Mantendo-se inalterada a forma de definição do valor do Salário-Habitação (25,00% do salário-base do empregado limitado ao teto), o teto do valor do Salário-Habitação da CEMIG, no mês de novembro de 2010, é de R\$332,45 (trezentos e trinta e dois Reais e quarenta e cinco centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor constante no *caput* desta Cláusula será corrigido com o mesmo índice e na mesma forma e época dos reajustes salariais coletivos da CEMIG.

CLÁUSULA 23ª TÍQUETE-REFEIÇÃO

Mantendo-se inalteradas todas as demais disposições que regulamentam o assunto na Empresa, a CEMIG concederá a seus empregados, mensalmente, no dia 25 de cada mês ou no primeiro dia útil anterior, 60 (sessenta) Tíquetes-Refeição/Lanche, relativos ao mês subsequente, ou os respectivos valores na forma eletrônica (Tíquetes-Alimentação – cartão), com base na co-participação conforme as seguintes faixas salariais:

Número de Salários Mínimos (SM)	Participação da Empresa	Participação do Empregado
Até cinco SM	100%	0%
Acima de cinco SM e até 10 SM	90%	10%
Acima de 10 SM	80%	20%

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica registrado, para todos os efeitos legais, que a concessão do benefício Tíquete Refeição/Lanche refere-se à substituição de qualquer lanche já fornecido pela Empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica resguardado, ao empregado o direito de alterar sua opção, Tíquete-Refeição/Lanche ou Tíquete-Alimentação Eletrônico, bem como dividir o montante do valor dos tíquetes em Refeição/Alimentação, nos termos do disposto na IP-10.7.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A implantação do sistema de Tíquetes prevista nesta Cláusula e seus Parágrafos não substitui o pagamento das despesas com refeições e lanches exclusivamente em casos de serviços especiais, viagens e horas extraordinárias programadas ou não, conforme regulamentado pela Empresa.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor da refeição do "Sistema Bandeja", nos restaurantes mantidos/subsidiados pela CEMIG, será no máximo igual ao valor unitário do Tíquete-Refeição/Lanche.

PARÁGRAFO QUINTO - Para os empregados afastados por licença médica, acidente do trabalho e licença maternidade, a distribuição prevista no *caput* desta Cláusula, estará limitada aos seguintes períodos de tempo:

- Licença Médica: 06 (seis) meses contados a partir do mês subsequente ao do início da licença;
- Licença Gestante: 04 (quatro) meses contados a partir do mês subsequente ao do início da licença, podendo chegar a 06 (seis) meses dependendo da opção da Empregada no que se refere à Licença.
- Acidente do Trabalho: 30 (trinta) meses contados a partir do mês subsequente ao do início do afastamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Casos excepcionais, devidamente fundamentados, poderão ser analisados, em conjunto, pela Gerência de Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-estar - RH/ST, e a área de lotação do empregado afastado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A partir do mês de janeiro de 2011 o valor unitário do Tíquete-Refeição/Lanche ou Tíquete-Alimentação passará a ser R\$11,12 (onze Reais e doze centavos).

CLÁUSULA 24ª AJUDA DE CUSTO PARA FORMAÇÃO – AUXÍLIO EDUCAÇÃO

A CEMIG concederá Ajuda de Custo para Formação aos seus Empregados matriculados em cursos técnicos e de graduação.

Os critérios a serem observados para a concessão de Ajuda de Custo para Formação serão no mínimo:

- a- o aproveitamento acadêmico, o desempenho profissional e a inexistência de penalidades nos 12 (doze) meses anteriores ao início do semestre/ano letivo;
- b- os cursos deverão ser devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, Conselho Nacional de Educação - CNE ou Secretaria Estadual de Educação – SEE, e que constem no Plano de Cargos e Remuneração da Empresa;
- c- o reembolso das despesas com mensalidades/anuidades do Empregado será de R\$2.100,00 (dois mil e cem Reais) semestrais;
- d- serão elegíveis à Ajuda de Custo para Formação os Empregados com Salário-base máximo de R\$4.749,28 (quatro mil, setecentos e quarenta e nove Reais e vinte e oito centavos);
- e- que o Empregado esteja em pleno exercício de suas funções na Empresa, ou seja, não esteja cedido, licenciado ou afastado, exceto para os Empregados cedidos às Entidades Sindicais.

CLÁUSULA 25ª SEGURO DE VIDA EM GRUPO – ELEVAÇÃO DAS GARANTIAS BÁSICAS

A CEMIG mantém o múltiplo fixo de salário em 50 (cinquenta) vezes o rendimento (salário-base, anuênio fixo e variável para os empregados admitidos na Empresa até 31/10/2005, salário-habitação e horas extraordinárias contratuais dos Motoristas), para composição da garantia básica do Seguro de Vida em Grupo dos empregados ativos, bem como alterar as garantias mínimas dos ativos, afastados e aposentados, sem quaisquer ônus adicionais para os empregados.

CLÁUSULA 26ª PLANO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – PBA

O Plano de Benefícios Assistenciais - PBA - engloba os benefícios concedidos e custeados pela CEMIG por meio de administração própria.

Dependentes do empregado para os fins do PBA - Sem prejuízo das normas vigentes sobre inscrição, entre outras categorias, podem, também, ser incluídos como dependentes para os efeitos do Plano de Benefícios Assistenciais - PBA:

- Os pais e/ou irmãos menores de associado solteiro sem filho desde que os primeiros não possuam renda superior a 2 (dois) salários mínimos vigentes.
- O filho menor de 24 (vinte e quatro) anos que esteja cursando estabelecimento de ensino superior e não tenha renda própria.

O Plano de Benefícios Assistenciais - PBA - engloba os seguintes Programas:

A - Do Programa de Assistência Financeira - PAF

Sem prejuízo dos demais benefícios já concedidos por liberalidade da Empresa, através do Programa de Assistência Financeira – PAF, é mantido o seguinte benefício:

A.1 - Adiantamento de Saúde e Emergência:

- Podem ser retirados, simultaneamente, até 03 (três) Adiantamentos de Saúde e Emergência, respeitado o limite de 03 (três) salários brutos do empregado;
- O prazo de amortização é de, até, 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, com valores dobrados ou parcelados nos meses de Gratificação Especial (Cláusula Sexta, deste Acordo Coletivo de Trabalho), não podendo cada parcela ser inferior a 15,00% (quinze inteiros por cento) do salário bruto do empregado;
- É permitido o Adiantamento de Saúde e Emergência para compra de óculos de dependentes;
- É permitida a concessão de Adiantamento de Saúde e Emergência para tratamento odontológico em geral, mediante perícia de necessidade e de conclusão. Fica dispensado de perícia o tratamento odontológico que não ultrapassar, em novembro de 2010, o valor de R\$351,19 (trezentos e cinquenta e um Reais e dezenove centavos), porém, a concessão do Adiantamento de Emergência ficará condicionada à apresentação do comprovante de sua conclusão. Esse limite de dispensa de perícia será corrigido, na mesma época e percentual do reajuste da tabela de convênio da FORLUZ.

B - Do Programa de Seguros Sociais - PSS

B1 - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL: Nos termos de normas internas e específicas da CEMIG, a complementação salarial dos empregados em licença médica por prazo superior a 15 (quinze) dias será corrigida de acordo com os reajustes salariais coletivos da CEMIG.

B1.1 - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL DO 13º SALÁRIO / AUXÍLIO DOENÇA: Por prazo não superior ao tempo de serviço prestado à CEMIG até a data da licença pelo INSS, a Gratificação de Natal (13º Salário) do empregado licenciado será complementado de modo que a soma das parcelas pagas por esta e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, totalize o valor integral do salário do empregado, deduzida a parcela da contribuição previdenciária.

B1.2 - BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: A CEMIG compromete-se a efetuar o pagamento da parcela de Complementação Salarial ao empregado afastado do trabalho por Doença de Trabalho ou Acidente de Trabalho, na mesma data do pagamento dos demais empregados, nos termos da IP-10.4.

B.2 - **AUXÍLIO FUNERAL** - Na CEMIG, o valor do Auxílio Funeral, no mês de novembro de 2010, é fixado em R\$154,98 (cento e cinquenta e quatro Reais e noventa e oito centavos).

C – Do Programa de Apoio ao Menor e ao Eficiente Especial – PAM

Sem prejuízo dos demais benefícios já concedidos por liberalidade da Empresa, através do Programa de Apoio ao Menor e ao Eficiente Especial – PAM ficam mantidos os seguintes benefícios:

C.1 – Subprograma - CRECHE

A CEMIG mantém o sistema de "Reembolso Creche", ficando entendido que esta concessão atende a todas as disposições legais vigentes sobre esta obrigação patronal, de acordo com os seguintes critérios:

- a- Reembolso pela Empresa das despesas efetivamente realizadas com creches, incluindo matrícula e mensalidade dos filhos de quaisquer condições de:
 - empregada da CEMIG;
 - empregados viúvos, tendo para si a guarda dos filhos;
 - empregados casados, com a mulher inválida;
 - empregados solteiros, divorciados ou separados judicialmente tendo, para si, a guarda dos filhos;
- b- O "Reembolso Creche" abrange, também, as férias e licenças para tratamento de saúde, regularmente autorizadas;
- c- A vigência do benefício compreende:
 - para a empregada: desde o término da licença do INSS até o mês em que a criança completar 07 (sete) anos de idade;
 - para o empregado: a partir da morte ou invalidez da esposa ou do divórcio ou separação judicial, até o mês em que a criança completar 07 (sete) anos de idade.
- d- O serviço de guardiã pode ser prestado na casa da empregada, após seu retorno ao trabalho, até a criança completar 18 (dezoito) meses de idade.
- e- Mantendo-se inalteradas todas as demais disposições vigentes, o Auxílio Creche, excepcionalmente no ano de 2010, não será reajustado conforme cláusula segunda deste Acordo Coletivo de Trabalho. Em decorrência, o valor do Auxílio Creche vigente em novembro de 2010 é R\$530,00 (quinhentos e trinta reais)
- f- O reembolso do Subprograma Creche será efetuado no dia 30 (trinta) de cada mês, respeitado o prazo de entrada da documentação comprobatória na Gerência de Administração de Pessoal - RH/AP.

C.2- Subprograma - Apoio ao Eficiente Especial

O Subprograma de Apoio ao Eficiente Especial tem por objetivo cobrir despesas, buscando a integração à sociedade, dos portadores de deficiência física e/ou mental de dependentes de empregados da CEMIG, filhos e/ou designados judicialmente, que requeiram atenção especializada.

São considerados Eficientes Especiais, para utilização deste Subprograma, os portadores de deficiências devidamente diagnosticadas e relacionadas em Comunicação de Resolução da Diretoria específica, e cadastrados, respectivamente, no Programa de Apoio ao Menor e ao Eficiente Especial – PAM e no seu Subprograma de Apoio ao Eficiente Especial.

O Subprograma de Apoio ao Eficiente Especial possui os seguintes critérios:

- a- Para tratamento do Eficiente Especial, a CEMIG reembolsará 50,00% (cinquenta inteiros por cento) das mensalidades de escola especializada

- b- O reembolso das despesas referentes ao Subprograma de Apoio ao Eficiente Especial, será efetuado no dia 30 (trinta) de cada mês, respeitado o prazo de entrada da documentação comprobatória no órgão responsável pela administração do Subprograma.
- c- Em 1º (primeiro) de novembro de 2010, fica estabelecido que o limite de teto anual para ressarcimento das despesas do Subprograma de Apoio ao Eficiente Especial é de R\$5.775,38 (cinco mil setecentos e setenta e cinco Reais e trinta e oito centavos).
- d- A CEMIG se compromete a analisar, criteriosa e particularmente, todos os casos que ultrapassarem o limite de teto estabelecido para o Subprograma de Apoio ao Eficiente Especial, mantendo-se todas as demais disposições vigentes, com vista a possíveis aumentos de limite.

CLÁUSULA 27ª APOSENTADORIA - PRÊMIO

A CEMIG se compromete a conceder um Prêmio Aposentadoria correspondente a 1,7 (uma vírgula sete) Remuneração mensal para quem contar 17 (dezesete) anos de casa, acrescido de 10,00% (dez inteiros por cento) da referida Remuneração mensal para cada ano excedente, até o máximo de 35 (trinta e cinco) anos de serviços prestados à Empresa, desde que o empregado peça seu desligamento em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da carta de aposentadoria do INSS.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compreende-se como remuneração mensal para fixação do referido "quantum" do Prêmio Aposentadoria, a soma do salário-base; o anuênio ou o anuênio fixo, para os empregados admitidos até 31/10/2005; salário-habitação, horas extraordinárias contratuais e gratificação de função de chefia.

III. CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

CLÁUSULA 28ª SELEÇÃO INTERNA

A CEMIG se compromete a promover a Seleção Interna para preenchimento de seus cargos vagos, segundo critérios fixados em Instrução de Procedimentos própria e específica da Empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica garantida a mais ampla divulgação, em todos os locais de trabalho da Empresa, dos critérios de seleção fixados e, também, das relações de cargos vagos a serem preenchidos.

CLÁUSULA 29ª DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA – RECURSO CONTENDO DIREITO DE DEFESA

Fica garantido, ao empregado pré-avisado de demissão sem justa causa, o direito de protocolar, perante a sua Diretoria, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, recurso contendo direito de defesa, compromisso que consta de Norma própria e específica da CEMIG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O protocolo do recurso será suficiente para a suspensão da demissão – inclusive para os efeitos legais de prazo para homologação da Quitação Final respectiva - até decisão a ser proferida pelo Diretor da área na qual o empregado estiver lotado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o recurso não seja aceito pelo Diretor da área, a decisão final sobre a demissão será proferida pela Presidência da Empresa, ouvida a Diretoria Colegiada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para as providências necessárias, a formalização do protocolo deverá ser efetivada junto à Assessoria de Relações Sindicais - RH/RS, da CEMIG.

IV. RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

CLÁUSULA 30ª VERBA PARA CONCESSÃO DE ALTERAÇÕES SALARIAIS – PCR

A CEMIG concederá 1,20 % (um inteiro e vinte centésimos por cento) da folha de pagamento de salário-base do mês de dezembro de 2010, para fins de concessão de alterações individuais de salários, durante o ano de 2011, a ser aplicado conforme condições do Plano de Cargos e Remunerações – PCR, autorizada a dedução do percentual utilizada para a concessão de reajuste salarial, até o limite de 0,5 (cinquenta centésimo por cento) da folha de pagamento.

CLÁUSULA 31ª PROFISSÕES REGULAMENTADAS

A CEMIG cumprirá, quando do preenchimento dos respectivos cargos vagos, as Leis que regem o exercício das profissões regulamentadas exigindo, em cada caso, a comprovação de conclusão do curso de habilitação para a profissão e, também, o registro no Conselho Regional competente.

CLÁUSULA 32ª INFORMAÇÕES SOBRE O AMBIENTE DE TRABALHO

A CEMIG concorda em fornecer - por escrito e individualmente - aos empregados que trabalham em áreas insalubres ou em áreas onde comprovadamente existam fatores de risco que possam interferir em sua saúde, informações a respeito desses fatores presentes em seu ambiente de trabalho, quantificando-as quando necessário e possível.

CLÁUSULA 33ª PROFISSÃO REGULAMENTADA – TÉCNICO INDUSTRIAL

Considerando que o Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais fez gestões, desde novembro/96, junto à Empresa, visando o cumprimento do referido compromisso;

Considerando o manifesto interesse das partes envolvidas em resguardar os direitos dos atuais ocupantes de cargos pertencentes às carreiras técnicas, do Plano Técnico Operacional - PTO, do Plano de Cargos e Carreiras - PCC, da CEMIG;

Considerando que, atualmente, em algumas situações, a manutenção do maior número possível de empregos deve prevalecer sobre questões meramente legais envolvidas;

Em 1º (primeiro) de agosto de 1997, através de Acordo Coletivo Específico devidamente depositado na DRT, as partes resolveram ajustar o seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A partir de 1º (primeiro) de agosto de 1997, os cargos vagos pertencentes às carreiras com atribuições específicas e privativas de Técnicos Industriais, somente serão preenchidos, na CEMIG, por profissionais com esta escolaridade e devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, conforme determina a Lei nº 5524, de 05 de novembro de 1968, e seu Decreto regulamentador.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As Entidades Sindicais signatárias deste Acordo Coletivo Específico e a CEMIG reconhecem, como legítimo, o exercício dos ocupantes dos cargos pertencentes às carreiras do Plano Técnico Operacional da CEMIG - PTO, que não possuíam a escolaridade e o respectivo registro no CREA - conforme exigência legal, mas cujos vínculos empregatícios estavam em vigor em 1º (primeiro) de agosto de 1997.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A partir da referida data (1º de agosto de 1997), os ocupantes dos cargos reconhecidos através do Parágrafo Segundo desta Cláusula, não mais poderão assinar projetos técnicos e afins.

PARÁGRAFO QUARTO - Ficam ressalvadas, para todos os fins, as situações dos empregados da CEMIG enquadráveis no Inciso III, do Artigo 3º, da referida Lei 5524, de 05-11-68.

CLÁUSULA 34ª CONDIÇÕES DE TRABALHO

A CEMIG reafirma que a proteção aos trabalhadores deve ser feita, preferencialmente, através dos Equipamentos de Proteção Coletivos (EPCs). Nos casos em que esses não sejam suficientemente desenvolvidos para eliminar o risco, serão complementados pelos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme definido pela Política de Segurança da Empresa. Para tanto, CEMIG e Sindicatos comprometem-se a promover campanhas paralelas de divulgação sobre a conveniência e a importância da utilização de tais equipamentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos locais de trabalho em que os níveis de pressão sonora estejam acima de 85 dB (oitenta e cinco decibéis), e, por questões operativas, os empregados sejam obrigados a permanecer durante toda ou quase toda a jornada de trabalho, a CEMIG estudará e implementará soluções de proteção coletiva, analisando caso a caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A introdução de novas tecnologias e/ou procedimentos de automação ou centralização de atividades que envolvam extinção de funções, se farão após ampla divulgação aos empregados envolvidos e aos seus representantes, visando sugestões para assegurar a melhor solução de cada iniciativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de centralização de atividades, a CEMIG buscará alternativas para a manutenção dos empregados em seu local de trabalho, garantindo o treinamento necessário, se for o caso, para sua adaptação à nova função.

CLÁUSULA 35ª DIRETOR DE RELAÇÕES COM PARTICIPANTES DA FORLUZ

A CEMIG se compromete a manter eleição pelos seus associados, aposentados ou não, de um Diretor para a referida Fundação, que gozará de estabilidade provisória de emprego desde a aceitação de sua candidatura até 01 (um) ano após o término de seu mandato, se empregado. Esse Diretor será, obrigatoriamente, um associado da FORLUZ e deverá ter um mínimo de 10 (dez) anos de associado e ter trabalhado efetiva e diretamente na CEMIG no mínimo por igual período.

V. JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

CLÁUSULA 36ª JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

A jornada semanal de trabalho dos empregados da CEMIG é de 40 (quarenta) horas, mantido o sábado como dia útil remunerado para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto nesta Cláusula não se aplica aos empregados sujeitos a regime especial de trabalho e àqueles cujas atividades ou funções que, por estarem ligadas à execução, supervisão ou fiscalização de obras, ou outros, necessitem permanecer no local das mesmas.

CLÁUSULA 37ª JORNADA DE TRABALHO – HORÁRIO FLEXÍVEL

A CEMIG compromete-se a implantar o horário flexível para os empregados lotados em locais onde forem instalados os controles eletrônicos de ponto.

CLÁUSULA 38ª COMPENSAÇÃO DE DISPENSA DO TRABALHO POR ANTECIPAÇÃO OU PRORROGAÇÃO DO HORÁRIO NORMAL

A CEMIG é autorizada a compensar, mediante antecipação ou prorrogação do horário normal, a dispensa do trabalho nas segundas e sextas-feiras imediatamente anteriores ou posteriores a feriados nacionais e municipais, desde que haja conveniência para ela e seus empregados.

CLÁUSULA 39ª REGIME DE COMPENSAÇÃO POR PRORROGAÇÃO DE JORNADA

Para os empregados que venham a ser convocados, formalmente, pelas respectivas gerências, para prorrogação de jornada, a CEMIG manterá, alternativamente, como forma de pagamento, o Regime de Compensação, na mesma proporção da hora extraordinária objeto de Acordo, compensação essa a ser negociada entre o empregado e sua gerência imediata, podendo haver acumulação mensal de horas, desde que compensadas até 30 dias após o fato gerador, conforme critérios e procedimentos estabelecidos em Norma própria específica da Empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As horas a serem compensadas, conforme previsto no *caput* desta Cláusula, serão acumuladas em campo específico do sistema computacional da CEMIG, o qual será identificado como “**Controle de Acumulação de Horas para Compensação**”.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ressalvadas as situações das efetivas transformações de horas acumuladas em horas e/ou dias compensados ou horas e/ou dias a compensar, será processado o pagamento, **em espécie**, nos meses de **fevereiro, maio, agosto e novembro** de cada ano, do total de horas acumuladas que os empregados da Empresa possuírem, individualmente, no referido campo “**Controle de Acumulação de Horas para Compensação**”, em cada um dos mencionados meses.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo o desligamento do empregado e possuindo o mesmo horas acumuladas no campo especificado no Parágrafo Primeiro, desta Cláusula, o pagamento correspondente, em espécie, será efetuado na Quitação Final.

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as entradas antecipadas e as saídas retardadas por livre iniciativa do empregado, ou seja, sem a prévia e expressa autorização de sua gerência imediata, não ensejarão a compensação ora acordada e nem o pagamento de horas extraordinárias em espécie.

PARÁGRAFO QUINTO - Para os efeitos da compensação estabelecida no *caput* desta Cláusula, serão considerados os respectivos adicionais de hora extraordinária diurna e hora extraordinária noturna fixados nas Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 40ª QUARTA-FEIRA DE CINZAS – SUPRESSÃO DO 1º EXPEDIENTE

É dispensado o trabalho no 1º (primeiro) expediente da quarta-feira de cinzas, na CEMIG.

PARÁGRAFO ÚNICO - A supressão de que trata a presente Cláusula não se aplica aos empregados sujeitos às escalas de revezamento ou quando da necessidade de prestação de serviços essenciais, inadiáveis ou fundamentais, sendo que, nessa hipótese, os serviços executados serão remunerados mediante o pagamento das correspondentes horas extraordinárias.

CLÁUSULA 41ª TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO JORNADA DE 6 HORAS

Considerando que a Constituição Federal vigente prevê, no Inciso XIV, do Artigo 7º (sétimo), a redução, de 08 (oito) para 06 (seis) horas, da jornada normal diária de trabalho dos empregados sujeitos a Turnos Ininterruptos de Revezamento, salvo negociação coletiva;

Considerando que a implantação desta jornada reduzida implica na criação de mais um turno de trabalho;

Considerando que para tanto há necessidade de ajustamentos, à luz das peculiaridades que são específicas à CEMIG e à mão-de-obra utilizada;

RESOLVEM as partes ajustar o seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica definido como TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO, para a fixação da jornada de 6 (seis) horas/dia, aquele executado em condições onde ocorram, concomitantemente, os seguintes fatores:

- a- existência de turnos de trabalho cumpridos em revezamento;

- b- que o revezamento seja ininterrupto, ou seja, que as escalas abranjam o trabalho em regime de rodízio com cobertura de 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer intervalo;
- c- que o empregado que conste de uma determinada escala, reveze, de forma contínua ou alternada, em todos os horários constantes da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados que, nos termos da definição contida no Parágrafo 1º (Primeiro), desta Cláusula, integrarem turnos ininterruptos de revezamento terão a sua jornada diária de trabalho reduzida para 6 (seis) horas, enquanto integrarem o regime de revezamento.

- a- Nesta hipótese, a Empresa não efetuará a diminuição proporcional do salário correspondente à redução da jornada em 2 (duas) horas diárias.
- b- Quando, por razões médicas, administrativas, transferências para outras funções no interesse do empregado ou do serviço, o empregado deixar de trabalhar em turno ininterrupto de revezamento, que implique seu retorno à jornada normal e contratual de 8 (oito) horas diárias, não haverá, também, o aumento salarial pelo acréscimo de 2 (duas) horas.
- c- A regra prevista no caput e Parágrafos 1º (primeiro) e 2º (segundo) desta Cláusula aplica-se, também, às novas admissões, já que a Empresa não diminuiu as suas faixas salariais em função da redução da jornada de trabalho.
- d- Apenas para os efeitos do desconto de faltas regulamentares e do pagamento de horas extraordinárias, adicional noturno e horas de sobreaviso, por e enquanto o empregado integrar Escala de Revezamento, em turnos ininterruptos, o valor de sua hora normal de trabalho, obtido pelo divisor de 220 (duzentas e vinte) horas/mês, será acrescido de 22,22% (vinte e dois inteiros vírgula vinte e dois centésimos por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A implantação da jornada de 6 (seis) horas para os empregados que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento, de forma gradativa, deu-se no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de 1º (primeiro) de setembro de 1989 (data de assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho específico), ressalvadas as situações em que esse prazo não atendeu aos aspectos de treinamento ou limitações para a admissão de novos empregados.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica mantido o Adicional de Penosidade de 5,00% (cinco inteiros por cento) do salário-base ajustado na Cláusula 4ª (quarta), do Acordo Coletivo de Trabalho firmado em 22 (vinte e dois) de dezembro de 1980, ficando assegurada a devida compensação na hipótese de vir a ser exigida, legalmente, parcela da mesma natureza.

- a- O empregado que deixar de trabalhar no regime de turno ininterrupto de revezamento perderá o Adicional de Penosidade que recebia por trabalhar naquela condição.

PARÁGRAFO QUINTO - As escalas às épocas implantadas, que obedeceram os preceitos legais pertinentes e o disposto no Parágrafo Sétimo, desta Cláusula, tiveram seus horários estabelecidos em função das necessidades e particularidades do serviço que objetivaram suprir, podendo ser alteradas, sempre que necessário for, para sua adequação aos serviços prestados pela Empresa, considerando, também, os interesses dos empregados.

PARÁGRAFO SEXTO - Por interesse dos serviços, permanecerão implantadas todas as escalas para turnos ininterruptos de revezamento com duração diária do trabalho em 8 (oito) horas atualmente em vigor, sem o pagamento do acréscimo como hora extraordinária, mantendo-se a jornada média semanal de 36 (trinta e seis) horas com aumento dos dias de folga através do sistema de compensação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Desde que seja de interesse dos serviços, com a concordância dos empregados em documento único ou coletivo e com a participação dos Sindicatos, poderão ser estudadas escalas para turnos ininterruptos de revezamento com duração diária do trabalho em 8 (oito) horas para novas instalações, sem o pagamento do acréscimo como hora extraordinária, mantendo-se, entretanto, a jornada média semanal de 36 (trinta e seis) horas com aumento dos dias de folga através do sistema de compensação.

- a- Nos casos em que a escala escolhida não atingir a jornada média semanal de 36 (trinta e seis) horas, será considerado, como complemento da jornada, o tempo habitualmente gasto nas trocas de turnos e intervalos para repouso ou alimentação previstos no Artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
- b- As Entidades Sindicais signatárias comprometem-se a não reclamarem esse tempo excedente, em juízo ou fora dele, seja para discutir direitos pretéritos ou futuros dos empregados envolvidos.

CLÁUSULA 42ª ESCALAS DE PLANTÃO – INTERVALO ESPECIAL PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO

Fica convencionado que o intervalo para repouso ou alimentação será dilatado para 3 (três) horas, por e enquanto empregados estiverem cumprindo Escalas de Plantão nos seguintes horários:

- de 7:00 às 12:00 e de 15:00 às 18:00 horas;
- de 12:00 às 15:00 e de 18:00 às 23:00 horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para aquelas cidades onde a Escala de Plantão (Distribuição) está com intervalo de alimentação de 3 (três) horas, a CEMIG oferece a opção de redução do intervalo para 2 (duas) horas, mantendo como referência a escala número 2 (dois). As gerências das cidades envolvidas poderão, entretanto, optar por uma escala diferente, dependendo das características locais. No caso da escala ajustada ser a correspondente à de dois turnos de 8 (oito) horas seguidas cada um, a CEMIG deverá promover a celebração de Acordos Coletivos de Trabalho Específicos. Por interesse dos serviços permanecem vigentes os Acordos Específicos que tratam da implantação de horário corrido de trabalho anteriormente ajustados, ressalvados os não renovados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em decorrência do estabelecido no Parágrafo Primeiro, desta Cláusula, fica ajustado, desde já que toda e qualquer alteração de horário decorrente da opção de redução de intervalo de alimentação constante do referido Parágrafo Primeiro desta Cláusula, não ensejará, aos envolvidos, qualquer postulação/reivindicação futura quanto a possível enquadramento na Cláusula Quadragésima Terceira - Turno Ininterrupto de Revezamento - Jornada de 6 (seis) horas, deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 43ª SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL DO ADVOGADO

De acordo com o estipulado nos Artigos 19 e 20, da Lei 8906/94, de 04-07-94, é fixado em R\$1.248,55 (Hum mil duzentos e quarenta e oito Reais e cinquenta e cinco centavos) - valor vigente em novembro de 2010, o Salário Mínimo Profissional do Advogado, para uma jornada diária de 4 (quatro) horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os salários dos atuais Advogados da CEMIG - todos superiores ao Salário Mínimo Profissional fixado no *caput* desta Cláusula - correspondem à jornada diária de 8 (oito) horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor constante do *caput* desta Cláusula será corrigido, automaticamente, com o mesmo índice e na mesma forma e época da correção dos demais salários da Empresa.

VI. FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA 44ª FÉRIAS ANUAIS – PARTIÇÃO EM DOIS PERÍODOS

A CEMIG concorda em fazer a partição de férias em 2 (dois) períodos por opção de seus empregados, independentemente de suas idades, a critério da respectiva gerência, respeitado um interstício mínimo de 3 (três) meses entre cada período de gozo de férias e desde que pelo menos um dos períodos não seja inferior a 10 (dez) dias, respeitadas as demais disposições que regulamentam o assunto na Empresa.

CLÁUSULA 45ª FÉRIAS ANUAIS – AJUDA DE CUSTO PARA GOZO

A CEMIG paga a Ajuda de Custo para Gozo de Férias em valor fixo correspondente a R\$956,11 (novecentos e cinquenta e seis Reais e onze centavos) acrescido de 20,00% (vinte inteiros por cento) da diferença entre esse valor e a remuneração mensal do empregado, limitada à remuneração mensal percebida pelo mesmo e com a garantia mínima de 1/3 (um terço) da referida remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor fixo constante do *caput* desta Cláusula é o vigente em novembro de 2010, a ser automaticamente corrigido com o mesmo índice e na mesma forma e época dos reajustes salariais coletivos da Empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Compreende-se por remuneração mensal, para fixação do respectivo "quantum" da Ajuda de Custo para Gozo de Férias, a soma do salário-base; o anuênio ou o anuênio fixo, para os empregados admitidos até 31/10/05; salário habitação, horas extraordinárias contratuais, gratificação de função de chefia, adicional de periculosidade e as gratificações de funções fixas previstas em Acordo Coletivo de Trabalho (Eletricistas de Linha-Viva e Limpeza e Conservação de Veículo).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Qualquer que seja o motivo do desligamento do empregado, o pagamento da Ajuda de Custo para Gozo de Férias estende-se às hipóteses de férias devidas por período aquisitivo completo e/ou incompleto, exceto quando se tratar de desligamento por justa causa, e observará a proporcionalidade em relação ao número de dias de férias a que fizer jus o empregado.

PARÁGRAFO QUARTO - A vantagem de que trata o *caput* desta Cláusula é compensável com o abono de 1/3 (um terço) de que trata o Artigo 7º (sétimo), Inciso XVII, da Constituição Federal vigente, garantindo-se o remanescente no que ultrapassar. Ao contrário, se inferior ao referido abono de 1/3 (um terço), será garantida a respectiva complementação.

CLÁUSULA 46ª FÉRIAS ANUAIS – ABONO PECUNIÁRIO

No período inicial ou final das férias, é facultado ao empregado converter em abono pecuniário até 1/3 (um terço) dos dias de férias a que fizer jus, mesmo em caso de partição de férias em dois períodos previsto na Cláusula Quadragésima Sexta, deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA 47ª ADIANTAMENTO DE SALÁRIO POR OCASIÃO DO RETORNO DAS FÉRIAS – PARCELAMENTO

A importância solicitada e recebida pelo empregado, a título de adiantamento de salário por ocasião de retorno das férias (importância paga posteriormente e proporcional à remuneração correspondente aos dias de efetivo gozo de férias) poderá ser descontada em até 10 (dez) parcelas mensais consecutivas, no máximo, ficando a critério do empregado o desconto em um número menor de parcelas.

Opcionalmente, a critério do empregado, o valor do adiantamento de salário por ocasião de retorno das férias poderá ser inferior ao valor integral da remuneração correspondente aos dias de efetivo gozo de férias, limitado às opções de 25% (vinte e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) ou 75% (setenta e cinco por cento) deste valor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Dentro de cada período aquisitivo, o empregado que optar pelo parcelamento do adiantamento poderá utilizar o benefício acima em, apenas, um dos períodos parcelados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em nenhuma hipótese o empregado poderá acumular parcelamento de adiantamento de salário por ocasião de retorno das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de desligamento do empregado por qualquer motivo, as possíveis parcelas vincendas terão vencimento antecipado e serão deduzidas na quitação final do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO - É permitido ao empregado optar por quitar antecipadamente qualquer número de parcelas.

CLÁUSULA 48ª ABONO DE FALTAS – FALECIMENTO DE SOGRO E SOGRA

A CEMIG assegura aos empregados o direito de ausentarem-se do serviço por até 2 (dois) dias consecutivos, sem prejuízo dos salários, por falecimento de sogra ou sogro, mediante apresentação da respectiva certidão de óbito, quando o evento exigir que o beneficiário empreenda viagem a outra localidade. Não havendo esta exigência, o abono será de, apenas, 01 (um) dia.

VII. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

CLÁUSULA 49ª CIPAs

A CEMIG concorda que membros titulares da Diretoria dos Sindicatos ou seus representantes designados de comum acordo entre as Entidades Sindicais e a Empresa, participem de reuniões das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), recebendo cópia da respectiva ata.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Além do disposto nas legislações específicas, a CEMIG concorda que:

- a- A CIPA tenha acesso a todos os locais de trabalho da área sob sua responsabilidade, em quaisquer turnos, bem como a todas informações de dados estatísticos referentes às Doenças Profissionais e Acidentes de Trabalho referentes, também, à sua área de atuação.
- b- Técnicos indicados pelos Sindicatos participem, juntamente com Técnicos da Empresa, da implementação de políticas e ações que visem à prevenção de Doenças Profissionais e Acidentes de Trabalho, em reuniões trimestrais.
- c- Representantes das CIPAs participem, dentro da disponibilidade da Empresa, de congressos e eventos relativos, exclusivamente, à Saúde e Segurança no Trabalho, Doenças Ocupacionais e outros temas de interesse, custeando as despesas necessárias.
- d- As reuniões da CIPA devam receber seu apoio, através da liberação do local e material necessários ao seu funcionamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Obedecida a legislação em vigor, a CEMIG compromete-se a convocar eleições para as CIPAs com 60 (sessenta) dias de antecedência do término do mandato, dando publicidade ao ato através de editais colocados em seus quadros de aviso, enviando cópia, aos Sindicatos, dentro dos primeiros 10 (dez) dias úteis contados a partir do prazo acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CIPA participará, juntamente com o SESMT, da implementação de políticas e ações que visem à prevenção de Doenças e Acidentes do Trabalho. Serão objeto de investigação e análise os ambientes de trabalho, incluindo os equipamentos e máquinas utilizadas pelos trabalhadores. A CEMIG continuará a estudar e promover mudanças, reformas ou adaptações das máquinas e equipamentos que propiciem a eclosão de doenças do trabalho e/ou acidentes do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - Obedecida a Legislação em vigor, a CIPA - referendada pela sua Presidência - poderá promover reuniões em locais de trabalho, em horários pré-estabelecidos, em conjunto com a administração.

PARÁGRAFO QUINTO - Os membros da CIPA que tenham sido reeleitos e que tenham participado de curso anterior, poderão participar de novo curso, na nova gestão, se assim o desejarem.

PARÁGRAFO SEXTO - A CIPA coordenará o seu processo eleitoral. A forma de eleição do Vice-Presidente da CIPA, caso não seja estipulada pela Comissão Eleitoral, processar-se-á através de votação entre os titulares eleitos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Obedecidas as disposições legais específicas vigentes, os membros da CIPA participarão das tarefas de inspeção de instalações; do acompanhamento de execução de tarefas/trabalhos; da investigação de acidentes do trabalho e da elaboração de sugestões de medidas destinadas à prevenção de acidentes do trabalho referentes, exclusivamente, à área de abrangência de sua CIPA.

a - As atividades previstas no *caput* deste Parágrafo serão executadas durante o expediente normal da CEMIG e obedecerão a uma programação elaborada/definida formalmente pela CIPA, abrangendo 4 (quatro) horas consecutivas semanais de disponibilidade para o efetivo desenvolvimento dessa atividade.

PARÁGRAFO OITAVO – A data-base para posse dos novos representantes da CIPA - da Empresa e dos empregados, será, sempre, o dia 1º (primeiro) de junho, exceto para aquelas determinadas pela Delegacia Regional do Trabalho – SRTE.

PARÁGRAFO NONO - Nos processos eleitorais das CIPAs, serão obedecidas todas as disposições constantes do modelo padronizado de “Edital de Convocação de Eleição para Membros Representantes dos Empregados de CIPA” - acertado com os Sindicatos e objeto da Proposta de Resolução da Diretoria - PRD-002/92, de 03-01-92, e da CRD/002/92, da mesma data, processando-se os ajustes necessários no que se refere a prazos de publicações de inscrições e quanto às formas de inscrições.

PARÁGRAFO DÉCIMO – As eleições das CIPAs obedecerão ao disposto na NR-5.

CLÁUSULA 50ª INVENTÁRIO MÉDICO DE SAÚDE

A CEMIG compromete-se a fornecer, aos empregados que o solicitarem, laudo comparativo entre o Inventário Médico de Saúde e os demais exames que vierem a ser solicitados pelo Serviço Médico da Empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CEMIG concorda que o empregado portador de doença crônica passível de aposentadoria cujo Pedido de Aposentadoria Especial tenha sido negado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, solicite, à sua gerência imediata, o Inventário Especial de Saúde a ser realizado pelo Serviço Médico da Empresa.

- a- Concluído o Inventário Especial de Saúde, o empregado terá acesso aos resultados dos exames realizados e, também, às informações sobre sua situação de saúde.
- b- Caso a gerência imediata e/ou o empregado julgar necessário, um segundo Inventário Especial de Saúde será realizado pelo Serviço Médico da Empresa.

CLÁUSULA 51ª FISCALIZAÇÃO DE EMPREITEIRAS QUANTO À SEGURANÇA DO TRABALHO

A CEMIG compromete-se a intensificar a fiscalização das empreiteiras contratadas, visando o fiel cumprimento das cláusulas de Segurança no Trabalho constantes dos respectivos contratos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CEMIG, nos termos de sua normatização sobre Segurança no Trabalho, autoriza seus empregados a verificarem os serviços/manobras executados pelas empreiteiras no que se refere à sua Política de Segurança do Trabalho e apresentarem, formalmente, à CIPA correspondente à área de atuação, os aspectos relacionados para registro em Ata, fiscalização e devida apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CIPA, dentro do período de tempo fixado no Parágrafo Sétimo – letra “a”, da Cláusula Quadragésima Nona, deste Acordo Coletivo de Trabalho, deverá promover a fiscalização dos aspectos apresentados, emitindo, quando couber, relatório a ser encaminhado ao Órgão Contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os Sindicatos, obedecidas as respectivas bases territoriais e categorias diferenciadas, poderão apresentar à CEMIG, formalmente, através da Assessoria de Relações Sindicais – RH/RS, os serviços/manobras executados por empreiteiras que não estejam obedecendo, dentre outros aspectos, os de segurança contratados, para a devida fiscalização/apuração. A RH/RS responderá, ao Sindicato apresentante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, os esclarecimentos/providências pertinentes.

VIII. RELAÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA 52ª LIBERAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, ESTABILIDADE PROVISÓRIA DE DIRIGENTE SINDICAL E LIBERAÇÃO EVENTUAL

Além dos dirigentes sindicais identificados nominal e individualmente pelas entidades sindicais, dentre os dirigentes eleitos (cargos de Direção, Conselho Fiscal e Delegação Federativa ou Confederativa, titulares e/ou suplentes), até o limite de 24 (vinte e quatro) empregados da CEMIG, em relação aos quais, exclusivamente, se aplicará a estabilidade provisória prevista nesta Cláusula, a Empresa reconhecerá a estabilidade provisória, mediante comunicação formal, para mais 07 (sete) dirigentes regionais do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIELETRO, que, dessa forma, totalizará 31 dirigentes sindicais estáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Adicionalmente ao disposto no *caput* desta Cláusula, os Sindicatos abaixo relacionados poderão acrescentar à comunicação para fins de reconhecimento de estabilidade provisória, estabelecida no item 1, desta Cláusula.

- a- SINDIELETRO – 19 (dezenove), totalizando 50 (cinquenta) empregados estáveis;
- b- SINDSUL – 6 (seis), totalizando 30 empregados estáveis;

PARÁGRAFO SEGUNDO – LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS COM ÔNUS PARA A CEMIG – A CEMIG, observada a conceituação legal (Artigo 543 - Parágrafo 4º - da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), manterá, no período de validade deste ACT, à disposição das entidades sindicais abaixo relacionadas, em tempo integral, os diretores por elas indicados, obedecida a seguinte distribuição:

Entidade Sindical	Quantidade
Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Minas Gerais	03 (três)
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Santos Dumont	01 (um)
Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais	01 (um)
Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais	02 (dois)
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora	02 (dois)
Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais	03 (três)
Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais	09 (nove)

- 1) A liberação do Dirigente Sindical é processada sem perda da sua remuneração, assegurando-se a contagem do tempo como de serviço efetivo.
- 2) A liberação de que trata o Parágrafo Primeiro e os ônus previstos em seu item 1 são assegurados a partir da data do recebimento das indicações feitas pelas Entidades Sindicais, por e enquanto perdurarem os respectivos mandatos e as respectivas indicações.

PARÁGRAFO TERCEIRO – LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS COM ÔNUS PARA O SINDIELETRO – A CEMIG concorda com a liberação de, no máximo, 5 (cinco) dirigentes sindicais com todos os ônus para o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - SINDIELETRO/MG, sem suspensão dos respectivos contratos de trabalho dos empregados liberados.

- 1) O SINDIELETRO/MG, mediante comprovada autorização de Assembléia Geral, assumirá todos os ônus decorrentes da manutenção do contrato de trabalho em plena vigência, inclusive aqueles referentes à FORLUZ, Prosaúde Integrado, Tíquetes Refeição/Lanche ou Alimentação, Seguro de Vida, Seguro Saúde, etc.

- 2) O pagamento e ressarcimento dos valores correspondentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias serão efetivados da seguinte forma:
- a- a CEMIG efetuará todos os pagamentos decorrentes do contrato de trabalho, inclusive salários e encargos, mantendo os mesmos sem solução de continuidade;
 - b- mensalmente, a CEMIG emitirá fatura relativa às despesas do mês, em nome do SINDIELETRO/MG, que fará o reembolso imediato, através de encontro de contas quando do repasse de verbas e valores aos Sindicatos previsto na Cláusula Quinquagésima Quinta, deste Acordo Coletivo.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de solicitação de substituição de diretor liberado por esta sistemática, a CEMIG deverá ser informada, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para efetivação da substituição pretendida, para expressar sua concordância.”

PARÁGRAFO QUINTO – LIBERAÇÃO EVENTUAL DE DIRETOR SINDICAL - As liberações eventuais de diretores sindicais, quando solicitadas pelas Entidades Sindicais que negociam com a CEMIG, têm a seguinte regulamentação:

1. poderão ser liberados, sem ônus para a CEMIG, com as respectivas ausências ao serviço não causando perdas nas férias anuais, os membros de diretorias das Entidades Sindicais, com até 02 (dois) dias, inteiros ou frações, por mês;
2. todas as liberações eventuais são condicionadas a que as ausências dos liberados não causem transtornos ao bom funcionamento dos serviços, devendo se restringir a 01 (um) empregado por órgão/setor/unidade, principalmente naqueles considerados como "atividades fim" da Empresa (geração, transmissão e distribuição de energia);
3. a CEMIG não assumirá nem se responsabilizará por qualquer despesa oriunda das liberações, tais como: hospedagem, transporte, refeição, lanche, etc;
4. as possibilidades de liberações estarão sujeitas à aprovação da Gerência da área de lotação do liberado;
5. no relacionamento com as Entidades Sindicais, todas as solicitações de liberações eventuais de diretores deverão dar entrada na Assessoria de Relações Sindicais - RH/RS, com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis;
6. caberá à RH/RS, após consultar a gerência especificada no item 5 (cinco), comunicar a decisão da Empresa à Entidade solicitante.

CLÁUSULA 53^a INFORMAÇÕES SOBRE DOENÇAS E ACIDENTES

Mediante solicitação formal das Entidades Sindicais, a CEMIG concorda em fornecer, quando possuir, as seguintes informações:

- a- Listagem dos problemas de saúde ocorridos em determinada área de trabalho ou no conjunto da Empresa referentes ao período de tempo solicitado, determinando frequência dos eventos individuais, número de dias de trabalho perdidos e total de horas trabalhadas.
- b- Informações primárias ou agregadas de acidentes e doenças causadas pelo trabalho e, também, informações dos problemas de saúde ocorridos nas diversas Áreas Especiais de Riscos - AERs.
 - b.1- Quando necessário para aprofundar o exame das condições ambientais das AERs, as Entidades Sindicais poderão solicitar a participação de trabalhadores do setor nas reuniões trimestrais definidas na Cláusula Quadragésima Nona - Parágrafo Primeiro - letra "b", deste Acordo Coletivo de Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Obedecidas as respectivas bases territoriais e categorias diferenciadas, a CEMIG se compromete a encaminhar as cópias das Comunicações de Acidentes do Trabalho - CATs, às Entidades Sindicais, conforme estabelecido no Parágrafo Primeiro, do Artigo 22, da Lei 8213/91, através de sua Assessoria de Relações Sindicais - RH/RS.

CLÁUSULA 54ª ACIDENTE DE TRABALHO COM EMPREGADO DA CEMIG – ACIDENTES GRAVES OU FATAIS COM VÍTIMA

A CEMIG concorda em notificar a ocorrência dos acidentes graves ou fatais com vítima ao Sindicato do trabalhador acidentado e ao Sindicato dos Técnicos em Segurança do Trabalho - SINTEST, imediatamente após o Departamento competente da Empresa ter sido comunicado da ocorrência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Sindicatos especificados no *caput* desta Cláusula participarão de comissões específicas de análises de acidentes graves ou fatais com vítima, as quais serão constituídas em até, no máximo, 5 (cinco) dias após a ocorrência do acidente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de acidentes do trabalho em que o acidentado estiver com aparente lesão grave e/ou correr risco de vida - nos quais se encontre dificuldade para internação na rede hospitalar credenciada - o empregado acidentado será socorrido imediatamente, assumindo a Empresa a responsabilidade pela internação no hospital mais próximo, conforme estipulado em Norma própria e específica da Empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CEMIG continuará a desenvolver ações junto aos empreiteiros para que, em caso de acidente do trabalho com aparente lesão grave e/ou com risco de vida, envolvendo empregado de empreiteira, quando da realização de obras contratadas pela Empresa, o acidentado seja socorrido imediatamente, devendo ser encaminhado ao hospital mais próximo.

PARÁGRAFO QUARTO - Respeitadas as respectivas bases territoriais, a CEMIG se obriga a convocar os Sindicatos para fazerem parte da análise de acidentes graves ou fatais envolvendo, concomitantemente, seus empregados e terceiros, ainda que a gravidade do acidente ocorra, apenas, com o terceiro envolvido.

CLÁUSULA 55ª REPASSE DE VERBAS E VALORES AOS SINDICATOS

A CEMIG repassará, às Entidades Sindicais, as verbas e valores correspondentes à cada um (mensalidades, taxas, convênios, etc) - exceto a Contribuição Sindical de que tratam os Artigos 578 a 593 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após, efetivamente, terem sido efetuados os descontos existentes na data da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho de 1989.

CLÁUSULA 56ª CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E TAXA DE FORTALECIMENTO SINDICAL – EXCLUSIVAMENTE PARA EMPREGADOS ASSOCIADOS DOS SINDICATOS, NOS TERMOS DO PRECEDENTE 119, DA SDC, DO C. TST

A CEMIG compromete-se a descontar do salário-base do empregado associado, em uma única parcela no ano, em favor dos Sindicatos e respeitadas as respectivas bases territoriais e categorias diferenciadas, a Contribuição/Taxa aprovada pela Assembléia Geral e divulgada pelo Sindicato, garantido o Direito de Oposição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Direito de Oposição, de caráter pessoal e individualizado, será estabelecido pelo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da entrega, à Assessoria de Relações Sindicais da CEMIG - RH/RS, da Ata da Assembléia Geral respectiva (original ou cópia xerox autenticada). Caso o Sindicato não divulgue o resultado da assembléia aos empregados, não começará a fluir o prazo acima.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O desconto será efetivado no mês imediatamente posterior ao da entrega da Ata da Assembléia que deliberou sobre a Contribuição/Taxa, desde que o prazo de oposição previsto no Parágrafo Primeiro, retro, se esgote no mês da entrega da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica isento da Contribuição/Taxa, o empregado que na data do desconto encontrar-se afastado há 3 (três) meses ou mais por motivo de doença ou acidente do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - Na hipótese da Empresa vir a ser questionada judicialmente em razão de valores descontados na forma estabelecida nesta Cláusula e respectivos Parágrafos, a CEMIG deverá comunicar ao

Sindicato afetado em tempo hábil para que este assuma o pólo passivo da ação, sendo que, em qualquer hipótese, os Sindicatos se responsabilizam por quaisquer ônus que venham a recair sobre a Empresa.

CLÁUSULA 57ª REUNIÕES EM MARÇO, JUNHO E SETEMBRO DE 2011

A CEMIG se compromete a realizar reuniões com as Entidades Sindicais nos meses de março, junho e setembro de 2011, com a finalidade de acompanhar e analisar o andamento e o cumprimento das Cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011, bem como avaliar os aspectos da conjuntura nacional que afetam as relações trabalhistas.

IX. DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 58ª ACORDO COLETIVO DE TRABALHO ÚNICO E QUADRO MÍNIMO DE EMPREGADOS

A CEMIG se compromete a manter um quadro mínimo de 9.000 (nove mil) empregados, referenciado à 31/10/2008, nas suas empresas CEMIG H, CEMIG GT e CEMIG D, até 31/10/2011, ressalvada a hipótese de sua redução em virtude de:

- a) livre adesão de empregados a programas de desligamento premiados;
- b) rescisões contratuais por justa causa;
- c) rescisões contratuais por iniciativa do empregado ou por comum acordo;
- d) aposentadoria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CEMIG manterá um Acordo Coletivo de Trabalho único para os empregados com efetivo vínculo empregatício com as Empresas mencionadas no *caput* desta Cláusula, até 31/10/2011.

CLÁUSULA 59ª REPRESENTANTES NO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL DA FORLUZ

A composição e a forma de indicação dos membros dos **Conselhos Deliberativo e Fiscal** da FORLUZ passa a ser conforme previsto na legislação (Lei Complementar nº 108/2001) e no Estatuto da Fundação. A CEMIG concorda que as eleições previstas possam ser feitas através de chapas completas, respeitada a proporcionalidade das representações de participantes e assistidos, desde que não haja impedimento legal.

CLÁUSULA 60ª PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho vigorará de 1º (primeiro) de novembro de 2010 até 31 (trinta e um) de outubro de 2011.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Acordo Coletivo de Trabalho em 3 (três) vias de igual forma e teor, sendo duas vias para a CEMIG, uma para as Entidades Sindicais, para os devidos fins de direito.

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2010

CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Djalma Bastos de Morais
Diretor Presidente
CPF: 006633526-49

CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial
CPF: 292581976-15

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DE MINAS
GERAIS
Everson Alcântara Tardeli
Presidente
CPF:694425096-91

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS
TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS
Jairo Nogueira Filho
Diretor Coordenador Geral
CPF : 688790836-00

SINDICATO DOS GEÓLOGOS NO ESTADO DE MINAS
GERAIS
Antônio Geraldo da Silva
CPF 130876606-97

SINDICATO DAS SECRETÁRIAS NO ESTADO
DE MINAS GERAIS
Berenice Nogueira Soares
Presidente
CPF 649526226-49

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO
ESTADO DE MINAS GERAIS
Raul Otávio da Silva Pereira
Presidente
CPF 689262607-63

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES
NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Antônio Eustáquio Barbosa
Presidente
CPF:056313196-91

SINDICATO DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DE MINAS
GERAIS
Lindomar José de Souza
CPF:944550316-34

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA
DO TRABALHO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS
Edeltrudo Maldonado Moreira
Vice Presidente
CPF : 014331306-10

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE BELO HORIZONTE
Alacir Ribeiro Antônio Filho
Presidente
CPF: 217669996-87

SINDICATO DOS ARQUITETOS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS
Eduardo Fajardo Soares
CPF:253542486-04

SINDICATO DOS EMPREGADOS TÉCNICOS QUE
TRABALHAM COMO ANALISTAS DE SISTEMAS ,
PROGRAMADORES E OPERADORES NA ÁREA DE
COMPUTAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Wanderson Alves da Silva
CPF: 526214486-15

SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS
Antônio de Pádua Ubirajara de Silva
Presidente
CPF:520410776-20

SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE MINAS
GERAIS
Roberto Williams Moyses Auad
Presidente
CPF : 296694216-91

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS
Roges Carvalho dos Santos
CPF:129814606-25